



REVISTA
Casa da

ISSN 2316-8056

GEOGRAFIA
de Sobral

ENTRE A VULNERABILIDADE E O PLANEJAMENTO: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CAUCAIA-CE

Between vulnerability and planning: the production of urban space in Caucaia-CE

Entre la Vulnerabilidad y la Planificación: La Producción del Espacio Urbano en Caucaia-CE

 <https://doi.org/10.35701/rcgs.v27.1149>

Francisco Alexandre Coelho¹

Maria Clélia Lustosa Costa²

Ana Letícia Freitas Lima³

Histórico do Artigo:
Recebido em 05 de junho de 2025
Aceito em 01 de janeiro de 2026
Publicado em 15 de janeiro de 2026

RESUMO

Este artigo é resultado da continuidade da dissertação sobre a vulnerabilidade social em Caucaia-CE e tem como objetivo aprofundar a análise da formação socioespacial do município. A proposta é investigar, de forma integrada, os fatores naturais, sociais, políticos e econômicos que influenciaram a configuração urbana da região ao longo do tempo. Além disso, examinam-se as políticas públicas e as decisões de planejamento urbano que marcaram essas transformações, buscando compreender como esses elementos se articulam na produção do espaço. A partir dessa abordagem, pretende-se oferecer uma leitura crítica e abrangente dos processos históricos e atuais que moldam Caucaia, contribuindo para o debate sobre alternativas de desenvolvimento urbano e social mais justo e sustentável.

Palavras-Chave: Produção Espacial. Políticas Públicas. Socioespacial.

¹ Doutorando do Programa de Pós Ensino da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)/ Universidade Federal do Semiárido (UFERSA)/ Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). Email: alexandrecoelho75@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0006-7669-9315>

² Professora emérita da Universidade Federal do Ceará (UFC). Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Email: clelialustosa@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-5066-4209>

³ Mestra em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal do Ceará (UFC). Email: leticialima.geoufc@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-4367-5871>

ABSTRACT

This article is a continuation of the dissertation on social vulnerability in Caucaia-CE and aims to deepen the analysis of the municipality's socio-spatial formation. The proposal is to investigate, in an integrated manner, the natural, social, political, and economic factors that have influenced the urban configuration of the region over time. In addition, public policies and urban planning decisions that have shaped these transformations are examined, seeking to understand how these elements interact in the production of space. From this perspective, the article aims to offer a critical and comprehensive reading of the historical and current processes that shape Caucaia, contributing to the debate on alternatives for a more just and sustainable urban and social development.

Keywords: Spatial Production. Public Policies. Socio-spatial.

RESUMEN

Este artículo es resultado de la continuidad de la disertación sobre la vulnerabilidad social en Caucaia-CE y tiene como objetivo profundizar el análisis de la formación socioespacial del municipio. La propuesta es investigar, de manera integrada, los factores naturales, sociales, políticos y económicos que han influido en la configuración urbana de la región a lo largo del tiempo. Además, se examinan las políticas públicas y las decisiones de planificación urbana que han marcado estas transformaciones, buscando comprender cómo se articulan estos elementos en la producción del espacio. A partir de este enfoque, se pretende ofrecer una lectura crítica y amplia de los procesos históricos y actuales que configuran Caucaia, contribuyendo al debate sobre alternativas para un desarrollo urbano y social más justo y sostenible.

Palabras clave: Producción del Espacio. Políticas Públicas. Socioespacial.

INTRODUÇÃO

O município de Caucaia, situado na Região Metropolitana de Fortaleza, constitui um território profundamente marcado pelas contradições da urbanização desigual. Sua configuração atual resulta de um longo processo histórico de produção do espaço, no qual se entrelaçam disputas políticas, interesses econômicos e dinâmicas sociais complexas. Nesse contexto, a Geografia crítica oferece instrumentos teóricos e metodológicos indispensáveis para compreender como o território é construído, apropriado e transformado pelas forças que o atravessam.

Conforme Lefebvre (1991), o espaço é uma produção social, isto é, não se trata de um dado natural ou neutro, mas de uma construção histórica moldada pelas práticas, representações e relações de poder que nele se realizam. Em Caucaia, essa produção manifesta-se nas formas urbanas fragmentadas, nas desigualdades de acesso à infraestrutura, nos contrastes entre áreas valorizadas e territórios marcados pela vulnerabilidade social e, mais recentemente, pela sua inserção massiva na lógica de reestruturação territorial produtiva que tem marcado a Região Metropolitana de Fortaleza entre o final do século XX e o primeiro quartil do século XXI, redefinindo funções urbanas, usos do território e padrões de ocupação do solo, ao mesmo tempo em que aprofunda a seletividade espacial e evidencia os limites do planejamento urbano frente às exigências da acumulação capitalista contemporânea.

A lógica da acumulação e da segregação espacial, como argumenta Harvey (2005), encontra-se no cerne do processo de urbanização capitalista, em que o espaço é convertido em

mercadoria e instrumento de reprodução das desigualdades, expressando a subordinação do urbano aos imperativos da valorização do capital.

Por sua vez, Santos (2002) amplia essa reflexão ao conceber o espaço como uma totalidade concreta, constituída pela interação dinâmica entre sistemas de objetos e de ações. Em Caucaia, essa totalidade se revela na sobreposição de temporalidades, usos e formas espaciais, que expõem os limites de um planejamento urbano tradicionalmente fragmentado e técnico. Tal perspectiva evidencia a necessidade de políticas públicas integradas, capazes de reconhecer a singularidade dos territórios e de recolocar a vida cotidiana — e não apenas a rentabilidade econômica — no centro do debate sobre o desenvolvimento urbano.

Diante disso, a problemática que orienta este estudo parte da seguinte questão: como os processos de produção do espaço em Caucaia contribuíram para aprofundar as desigualdades socioespaciais e as condições de vulnerabilidade social no município? Este artigo, que se insere como desdobramento de uma dissertação sobre a vulnerabilidade social em Caucaia, tem como objetivo analisar criticamente a formação socioespacial do município, investigando os fatores naturais, sociais, políticos e econômicos que moldaram sua configuração territorial ao longo do tempo.

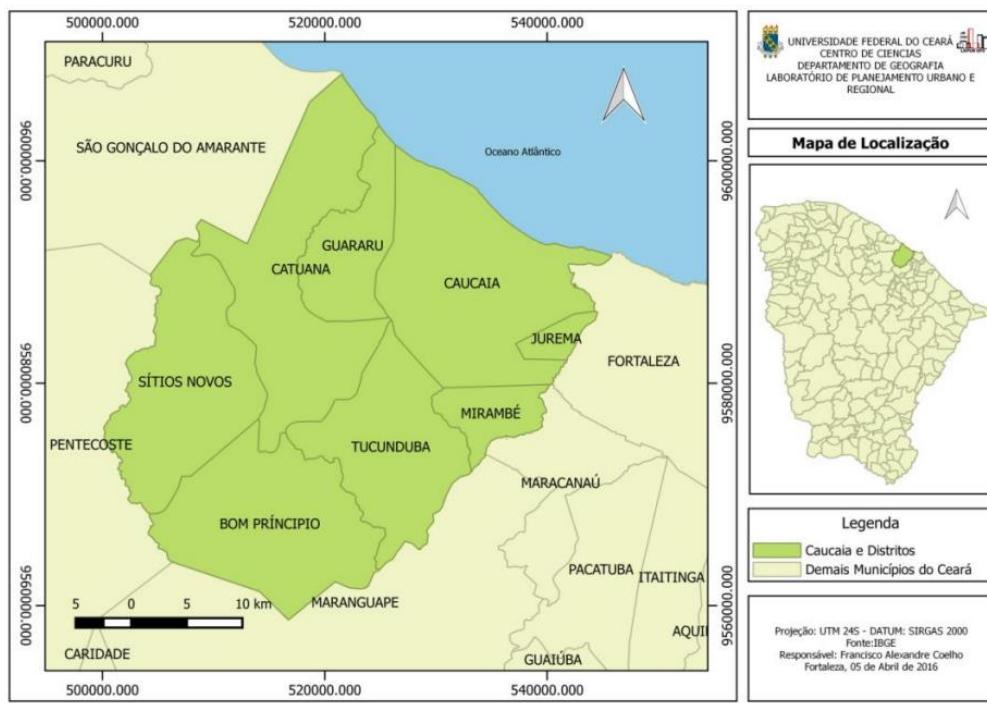
Com base nos pressupostos da Geografia crítica, busca-se compreender de que modo as políticas públicas, as estratégias de planejamento urbano e os processos de metropolização atuaram na conformação do espaço local. A proposta é desenvolver uma leitura integrada e multidimensional dos processos históricos e contemporâneos que estruturam o território caucaiense, contribuindo, assim, para o debate sobre alternativas de desenvolvimento urbano e social mais justo, inclusivo e territorialmente sensível.

ESPAÇO, TERRITÓRIO E DESIGUALDADE: FUNDAMENTOS PARA UMA LEITURA CRÍTICA DA URBANIZAÇÃO

O município de Caucaia, integrante da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), possui uma divisão administrativa composta por oito distritos: Caucaia (sede), Jurema, Catuana, Guararu, Mirambé, Sítios Novos, Tucunduba e Bom Princípio. Essa estrutura territorial, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022), expressa a heterogeneidade espacial do município, que combina áreas urbanas consolidadas, zonas periurbanas em expansão e extensas áreas rurais. O distrito-sede concentra a administração municipal e os principais equipamentos públicos e serviços, enquanto Jurema se destaca pela alta densidade populacional e pelo processo de urbanização

acelerada, resultante da proximidade com Fortaleza. De acordo com o mapa abaixo, observa-se a localização e a disposição espacial dos distritos de Caucaia.

Figura 1: Mapa de Localização de Caucaia.



Fonte: IBGE – Censos. Elaborado por Coelho (2016).

De acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE (2023), Caucaia possui uma área total de 1.223,20 km² e uma população estimada em 355.679 habitantes, o que a posiciona como o segundo município mais populoso do Ceará, atrás apenas da capital. Os demais distritos — Catuana, Guararu, Mirambé, Sítios Novos, Tucunduba e Bom Princípio — apresentam características predominantemente rurais e agropecuárias, com baixa densidade populacional e infraestrutura limitada, refletindo um padrão de desigualdade territorial. Essa configuração evidencia a coexistência de um espaço metropolizado, dinâmico e conectado à capital, e de territórios periféricos e vulneráveis, que ainda enfrentam desafios relacionados ao acesso a políticas públicas e à integração socioeconômica (IBGE, 2022; IPECE, 2023).

A produção espacial de Caucaia reflete um processo histórico de longa duração, em que a organização do território expressa a interdependência entre formas econômicas, políticas e sociais. Inserido na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), o município passou de um núcleo colonial periférico a um espaço profundamente impactado pela expansão metropolitana e pelos fluxos contemporâneos de capital. Conforme aponta Lefebvre (1991), o espaço é um produto social, resultado

das relações de produção e das práticas cotidianas que nele se inscrevem. Assim, o território caucaiense não pode ser compreendido como mero suporte físico, mas como expressão concreta das contradições do desenvolvimento capitalista, onde coexistem áreas de modernização seletiva e zonas de precariedade estrutural.

No caso de Caucaia, a urbanização não se deu de forma homogênea, mas fragmentada e desigual, reproduzindo uma lógica que hierarquiza o acesso à terra, à moradia e aos serviços urbanos. Essa dinâmica, conforme Milton Santos (2002), evidencia a coexistência de dois circuitos da economia urbana — o superior, voltado à lógica do capital global e da modernização técnica, e o inferior, sustentado pela economia popular e pelo trabalho informal. Em Caucaia, tais circuitos se sobrepõem territorialmente: de um lado, a instalação de empreendimentos industriais e logísticos ao longo da BR-222 e do Complexo do Pecém representa o circuito superior; de outro, a expansão desordenada de bairros periféricos, especialmente na Jurema e nas áreas de transição rural-urbana, revela o circuito inferior, no qual a sobrevivência cotidiana se dá à margem das políticas públicas e do planejamento urbano.

A perspectiva de Maricato (2011) contribui para compreender essas desigualdades urbanas como parte de uma estrutura social excluente, na qual a produção do espaço é atravessada por interesses políticos e econômicos. Segundo a autora, o planejamento urbano brasileiro é historicamente seletivo, servindo para consolidar privilégios fundiários e reforçar a segregação socioespacial. Em Caucaia, essa seletividade é perceptível na concentração de investimentos em áreas de expansão imobiliária próximas a Fortaleza, enquanto os distritos mais afastados — como Sítios Novos, Tucunduba e Catuana — permanecem desprovidos de infraestrutura adequada. A ausência de políticas habitacionais efetivas e a informalidade fundiária perpetuam uma urbanização excluente, que reflete o desequilíbrio entre o espaço produzido pelo capital e o espaço vivido pelas populações de baixa renda.

Para Carlos (2007), a produção do espaço nas cidades brasileiras está associada à transformação do espaço em mercadoria, mediada pela ação do Estado e dos agentes do capital imobiliário. Essa lógica também se manifesta em Caucaia, onde o território é apropriado de forma diferenciada conforme sua posição na hierarquia metropolitana. O litoral, por exemplo, assume valor simbólico e econômico elevado devido ao turismo e à especulação imobiliária, enquanto as áreas interiores permanecem associadas ao trabalho agrícola e à precariedade. Essa diferenciação territorial reflete o que Carlos denomina de “valorização desigual do espaço urbano”, em que as decisões políticas e econômicas definem quais lugares serão incluídos nos circuitos da modernização e quais permanecerão à margem.

Nessa perspectiva, o espaço caucaiense torna-se um campo de disputa entre a racionalidade técnica e a vida cotidiana, entre o espaço abstrato do planejamento e o espaço vivido da experiência social. Conforme Lefebvre (1991), o espaço abstrato é o espaço do poder, da dominação e da funcionalização — e, em Caucaia, manifesta-se na expansão industrial e logística voltada ao mercado global. Já o espaço vivido é aquele da resistência, onde comunidades e sujeitos constroem suas práticas cotidianas em meio à precariedade, ressignificando o território a partir da experiência. Essa tensão se materializa em formas de habitação precária, em deslocamentos diários para Fortaleza e na persistência de desigualdades estruturais que configuram a metropolização desigual do município.

Assim, a leitura da produção espacial de Caucaia à luz de Santos (2022), Lefebvre, (1991) Maricato (2011) e Carlos (2007) revela um município atravessado por contradições típicas da urbanização periférica brasileira. De um lado, há a inserção seletiva no processo de globalização, marcada por empreendimentos industriais e logísticos; de outro, a permanência de amplos territórios vulneráveis, onde a cidadania urbana é incompleta. A coexistência desses espaços evidencia o que Milton Santos (2002) denominou de “uso desigual do território”, no qual o espaço é ao mesmo tempo condição, meio e produto da desigualdade social. Caucaia, portanto, constitui um exemplo concreto de como o espaço urbano-metropolitano brasileiro se (re)produz sob lógicas contraditórias, combinando modernização, exclusão e resistência social.

Assim, a análise da produção espacial de Caucaia permite compreender que as formas de vulnerabilidade social observadas atualmente — expressas nos indicadores de educação, renda e habitação — não resultam de contingências isoladas, mas de um processo histórico e estrutural de uso desigual do território. De acordo com dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE (2023) e do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2022), o município apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,682, valor inferior ao da média estadual (0,735) e nacional (0,765), evidenciando fragilidades nas dimensões da educação e da renda per capita. Essa condição é espacialmente seletiva: os distritos Caucaia (sede) e Jurema concentram melhor infraestrutura urbana, acesso a equipamentos públicos e maior inserção nos fluxos econômicos metropolitanos, enquanto os distritos Catuana, Sítios Novos, Tucunduba e Bom Princípio se caracterizam por uma economia de base agrícola, menor densidade populacional e carência de serviços básicos.

Tal desigualdade territorial confirma o que Santos (2002) denomina de “diferenciação funcional do espaço”, na qual o território é apropriado de forma desigual conforme sua utilidade ao capital. A metropolização de Fortaleza, ao incorporar Caucaia em sua periferia imediata, intensificou o duplo processo de modernização e exclusão, em que a valorização do litoral e dos eixos industriais contrasta

com a precarização das áreas rurais e periféricas. Sob a ótica de Carlos (2007), essa dinâmica revela a mercantilização do espaço urbano, onde a produção do território não se orienta pela reprodução da vida, mas pela lógica da valorização imobiliária e da acumulação. Assim, a vulnerabilidade social em Caucaia é, antes de tudo, uma expressão espacial das contradições do desenvolvimento desigual, produto da forma como o capital, o Estado e as práticas sociais se articulam na produção do espaço.

Diante das contradições históricas e estruturais que marcaram o processo de formação e produção espacial de Caucaia, torna-se essencial compreender o projeto político urbano que orientou — e ainda orienta — as intervenções sobre o território. A urbanização de Caucaia não se constituiu como resultado de um planejamento integrado, mas como expressão de uma racionalidade política fragmentada, marcada por interesses econômicos e pela influência direta da metrópole de Fortaleza. Ao longo de sua trajetória, o município foi incorporado aos circuitos da expansão metropolitana sem uma política territorial autônoma, tornando-se espaço funcional da metrópole, voltado à absorção de populações de baixa renda, à instalação de empreendimentos industriais e à expansão imobiliária periférica.

DA ALDEIA À CIDADE: FORMAÇÃO HISTÓRICA E CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DE CAUCAIA

O município de Caucaia remonta ao período colonial, quando passou a integrar a estratégia portuguesa de controle da capitania do Siará Grande, frente às incursões de franceses e holandeses. Nesse contexto, a região era habitada pelos índios Potiguaras e passou a ser administrada pelos jesuítas, que conduziram o processo de aldeamento e catequese, marcando profundamente sua configuração territorial inicial.

A configuração espacial de Caucaia durante o período colonial ilustra, de forma exemplar, a relação entre poder, território e Igreja Católica. O aldeamento jesuítico, instituído a partir de 1607, funcionava não apenas como um espaço de evangelização, mas também como um instrumento de controle social e político. A disposição das construções — com a igreja no centro, as moradias organizadas ao seu redor e os espaços de trabalho situados nas margens — expressava um modelo de espacialidade disciplinar, no qual a organização física do território servia tanto à difusão da fé quanto à regulação das condutas coletivas. Esse ordenamento materializava a síntese entre o poder eclesiástico e o poder estatal, instaurando uma racionalidade de dominação que articulava o sagrado e o político na formação da sociedade colonial.

Sob a ótica de Foucault (1979; 1987), tal estrutura pode ser compreendida como um dispositivo de poder — um conjunto de práticas, saberes e instituições voltadas à produção de corpos dóceis e úteis. O aldeamento, ao disciplinar o cotidiano dos indígenas e submeter suas atividades à vigilância da Igreja, operava como um microcosmo do poder disciplinar, no qual o espaço era utilizado como tecnologia de controle, ordenando e hierarquizando a vida coletiva. A catequese, o trabalho comunitário e a confissão pública configuravam práticas de poder que, sob o discurso do cuidado espiritual, consolidavam uma rede de vigilância e obediência, aproximando-se das formas de normalização descritas por Foucault. Assim, o espaço de Caucaia não foi apenas cenário da ação missionária, mas um instrumento político-pastoral, no qual a fé cristã legitimava o domínio colonial.

Nessa mesma direção, Lefebvre (1991) destaca que o espaço não é apenas um reflexo do poder, mas o seu meio privilegiado de reprodução. A materialidade territorial — igrejas, praças, casas e caminhos — expressa a produção social do espaço, na qual as relações de poder são continuamente inscritas e reproduzidas. Em Caucaia, a espacialidade herdada do período jesuítico traduziu um modo de organização hierárquico e excludente, estruturado sobre a subordinação cultural e a dependência econômica. O espaço, portanto, foi concebido como forma e instrumento político, no qual o domínio simbólico da fé e a autoridade da Coroa atuaram de maneira indissociável na constituição de uma sociedade desigual.

Complementando essa leitura, Santos (2002) e Lefebvre (1991) observam que o espaço deve ser compreendido como um campo de forças, no qual se articulam formas, funções e estruturas de poder. A racionalidade imposta pelos jesuítas e pela Coroa Portuguesa ao território caucaiense representa uma forma inicial do que o autor denomina racionalidade técnica e autoritária — uma lógica que organiza o território segundo interesses de dominação e apropriação. Essa racionalidade, que no período colonial se manifestava por meio da catequese e da disciplina religiosa, reaparece nas dinâmicas contemporâneas de urbanização e metropolização, nas quais a valorização econômica do espaço e a exclusão social são faces de um mesmo processo histórico.

Desse modo, a trajetória de Caucaia revela um *continuum* histórico entre o espaço colonial e o espaço metropolitano atual. Ambos são produzidos sob relações de poder desiguais, nas quais o território é constantemente funcionalizado — ora para a expansão da fé e o controle dos corpos, ora para a acumulação capitalista e a reprodução da desigualdade. O espaço, nesse sentido, constitui-se como um campo de disputa simbólica e material, onde se entrelaçam fé, poder e economia, e onde as marcas do passado colonial persistem na forma de vulnerabilidades sociais e territoriais que ainda estruturam a paisagem caucaiense.

Seguindo a lógica da produção espacial, Menezes (2009) mostra que Caucaia percorreu diferentes fases de nomeação e status político-administrativo: de Aldeia, passando por Aldeia Nossa Senhora dos Prazeres, depois Vila de Nova Soure, até finalmente adotar o nome atual. Nos séculos XVI e XVII, a configuração do espaço foi diretamente influenciada pela atuação dos povos indígenas e dos missionários jesuítas. Enquanto os Potiguaras habitavam aldeias litorâneas e se dedicavam à pesca e à coleta de frutos e plantas, os jesuítas introduziram elementos da colonização europeia por meio da construção de igrejas, capelas e escolas religiosas.

A paisagem urbana atual de Caucaia ainda guarda traços desse período, como a Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres e a antiga cadeia pública – atual Biblioteca Municipal –, ambas erguidas com o apoio da mão de obra indígena. Como observa Menezes (2009, p. 18), “a presença de fé e devoção foi representando uma marca forte nas culturas primitivas. Em Caucaia, de modo particular, o ideal da fé cristã foi cultivado pelos missionários que faziam suas desobrigas e faziam todos os cristãos, pela graça do batismo.” Abaixo a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres.

Figura 2: Igreja Nossa Senhora dos Prazeres e o Cruzeiro.



Fonte: Coelho (2016).

Além disso, a relação entre jesuítas e indígenas foi, em grande parte, pacífica e colaborativa. A fundação da Aldeia Nossa Senhora dos Prazeres em 1607, documentada por Freitas (2016), exemplifica esse processo de articulação entre os interesses da Coroa portuguesa e os projetos de evangelização. Em 1759, a antiga missão jesuítica foi elevada à categoria de freguesia e recebeu o nome de Freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres da Vila Real de Soure (Freitas, 2016). A delimitação

territorial dessa freguesia abrangia vastas áreas, conforme registro de Menezes (2009), e refletia a expansão do controle colonial sobre o interior.

A construção da Casa da Câmara e Cadeia, entre 1750 e 1759, destaca-se como símbolo do poder político local e atualmente abriga a Biblioteca Municipal Professor Martins de Aguiar, embora tenha passado por reformas que desrespeitaram seu tombamento histórico (Menezes, 2009). Já a elevação da freguesia à categoria de vila, sob o nome de Nova Soure, decretada por alvará régio em 1758 e articulada pelo Marquês de Pombal (Braga, 1967), coincidiu com a expulsão dos jesuítas e a consolidação do poder secular sobre o território — redefinindo, assim, a lógica de ocupação local.

Contudo, a trajetória institucional de Caucaia foi marcada por instabilidades políticas e demográficas. Em 1833, foi rebaixada à condição de distrito devido à proximidade com Fortaleza e à baixa densidade populacional. Em 1821, contava com apenas 816 habitantes, envolvidos majoritariamente com a agricultura de subsistência, pecuária e pesca (Freitas, 2016). O processo de urbanização e modernização, por sua vez, se intensificou no final do século XIX e início do século XX, com a fundação de distritos como Tucunduba (1863) e com a tentativa de implantação de uma ferrovia ligando Fortaleza a Nova Soure. Embora idealizada em 1872, a ferrovia só foi concluída na década de 1950, enfrentando sucessivas interrupções e demissões (Freitas, 2016).

Outro marco urbano relevante foi a criação do mercado público “O Barracão”, inaugurado em 1891, que se consolidou como espaço central de abastecimento e trocas comerciais, sendo demolido em 1982 devido à precariedade de suas instalações. Posteriormente, em 1938, Nova Soure foi novamente elevada à categoria de cidade e readquiriu sua autonomia municipal, passando oficialmente a se chamar Caucaia cinco anos depois. A diversidade geográfica do território — abrangendo sertão, serra e litoral — contribuiu para a multiplicidade de usos e funções econômicas. As zonas litorâneas se especializaram na pesca e vilegiatura; a serra, na agricultura de subsistência; e o sertão, na agropecuária.

Com base nessa trajetória, é possível afirmar que a formação histórica e espacial de Caucaia revela um processo de longa duração, no qual Estado, Igreja, economia e sociedade se articularam na construção de uma estrutura territorial desigual. As heranças coloniais, reconfiguradas pela modernização e pela metropolização contemporânea, continuam a moldar os padrões de vulnerabilidade social e espacial do município. Assim, compreender o passado de Caucaia é condição fundamental para analisar os vetores de seu desenvolvimento e os impactos das transformações urbanas e territoriais, que serão discutidos na próxima seção.

CAUCAIA ENTRE 1950 E 1970: DINÂMICAS ECONÔMICAS, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E INSERÇÃO REGIONAL

Na década de 1950, Caucaia apresentava um baixo adensamento populacional, com apenas 4.757 habitantes. Nesse período, a sede municipal configurava-se como o principal núcleo de concentração demográfica. A proximidade geográfica com Fortaleza já indicava, desde então, a futura função de Caucaia como cidade-dormitório, enquanto suas áreas litorâneas permaneciam marcadas por amplos vazios urbanos, habitados por pequenas comunidades cuja principal atividade econômica era a pesca (Teles, 2005).

No contexto mais amplo do Ceará, entre os séculos XIX e XX, a dinâmica econômica era fortemente ancorada no setor primário, pois, como afirmam Amora e Costa (2007, p. 343), “a riqueza era gerada no campo, e a cidade se tornava um importante centro de comercialização e beneficiamento da produção”. A economia cearense baseava-se na agricultura, no extrativismo vegetal, na produção de algodão e nas práticas de subsistência — lógica que também se aplicava a Caucaia, que atuava como pólo local de atividades primárias, mantendo estreitos vínculos comerciais com Fortaleza.

Diversos fatores contribuíram para o crescimento do município nas décadas seguintes, entre os quais se destacam as condições naturais favoráveis, a fertilidade das terras e a atuação das lideranças políticas locais. Braga (1967, p. 348) enfatiza que esses elementos impulsionaram o “progresso e desenvolvimento” de Caucaia. Já nos anos 1960, Girão (1966) ressaltava a importância da agropecuária e do extrativismo como principais atividades econômicas. A produção local incluía tantos alimentos voltados ao consumo interno — como feijão, rapadura, arroz, coco e pescado — quanto produtos destinados à exportação, como cera de carnaúba, sal, milho, farinha de mandioca, couros, peles e materiais de construção. Conforme Teles (2005), essas atividades, especialmente o extrativismo e a agropecuária, ainda permanecem presentes em algumas localidades do município.

Entretanto, a partir da segunda metade do século XX, transformações estruturais no cenário global e nacional começaram a impactar diretamente o desenvolvimento regional. Após a Segunda Guerra Mundial, instaurou-se uma nova divisão internacional do trabalho, levando o Estado brasileiro a assumir papel central na promoção do desenvolvimento industrial por meio da criação de empresas estatais e da ampliação da infraestrutura e dos serviços públicos (Amora; Costa, 2007). Essa estratégia visava, sobretudo, fomentar a produção de bens intermediários e criar um ambiente favorável à instalação de empresas multinacionais.

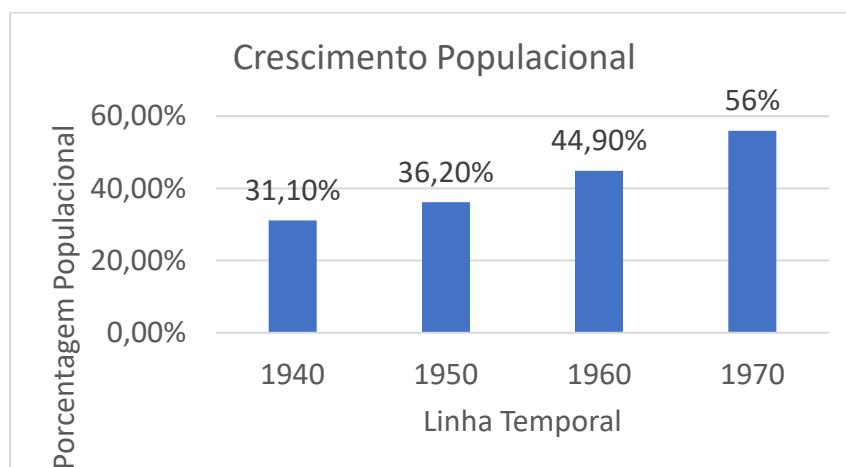
Nesse contexto, a construção de rodovias federais e a eliminação de barreiras alfandegárias entre os estados contribuíram significativamente para a integração territorial, possibilitando a formação

de um mercado nacional mais articulado. Tais transformações modificaram profundamente o panorama econômico e urbano do país, repercutindo também sobre a inserção de Caucaia nas dinâmicas socioeconômicas nacionais.

Goldenstein e Seabra (1982) destacam o Estado como o principal agente produtor do espaço, por criar condições institucionais que viabilizaram a industrialização. Contudo, esse processo beneficiou majoritariamente a região Sudeste, onde ocorreu a maior concentração de indústrias, provocando a centralização da renda e da infraestrutura nacional nesta região.

Apesar do avanço industrial registrado no país ao final dos anos 1950, persistiam acentuadas desigualdades regionais e sociais. Enquanto o Sudeste consolidava-se como o centro industrial do país, o Nordeste enfrentava uma crise no setor agropecuário, agravada pela incapacidade de competir com os produtos oriundos do eixo Sul-Sudeste (Amora; Costa, 2007). Essa crise provocou intensos fluxos migratórios do campo para as cidades, resultando no crescimento acelerado das áreas urbanas. A década de 1970 marca um ponto de inflexão: pela primeira vez, a população urbana brasileira superou a rural, conforme demonstra o Gráfico 1.

Gráfico 1: Crescimento da população urbana no Brasil (1940-1970).



Fonte: IBGE – Censos. Elaborado por Coelho (2016).

Com o objetivo de enfrentar as desigualdades regionais históricas, o Estado brasileiro passou a implementar políticas públicas voltadas ao Nordeste, como a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). No contexto cearense, surgiram instituições como a Companhia de Desenvolvimento do Ceará (CODEC), a Superintendência de Desenvolvimento do Ceará (SUDEC) e o Banco do Estado do Ceará (BEC). Entretanto, como observa Oliveira (1978), tais ações estatais acabaram contribuindo mais para a

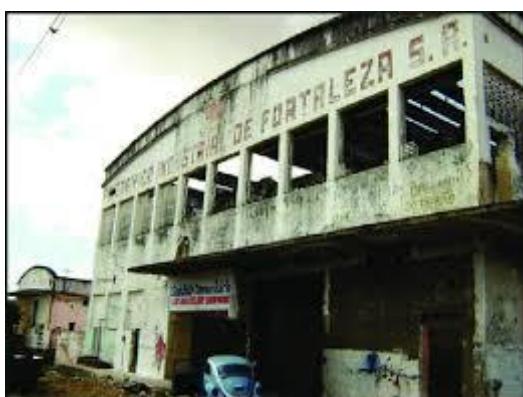
manutenção da dependência regional do que para a construção de um desenvolvimento efetivamente autônomo, configurando um “pseudo-desenvolvimento” que reforçou as desigualdades e reposicionou a hegemonia do capital do Centro-Sul para o Nordeste.

Nesse processo, consolidou-se uma colaboração intensa entre o Estado e o capital, o que provocou transformações nas formas de produção e resultou em uma nova divisão territorial do trabalho. Tal reconfiguração espacial expressa, conforme destaca Lipietz (*apud* Goldenstein; Seabra, 1982), a dimensão territorial das transformações nas formas de divisão social do trabalho.

Em Caucaia, a década de 1960 marcou o início da instalação industrial. Segundo Braga (1967), além das salineiras — que mantinham um extenso parque de coleta, armazenamento e beneficiamento — destacaram-se a Sociedade Algodoiera do Nordeste Brasileiro S/A (SANBRA), com capital internacional, e o Frigorífico Industrial de Fortaleza (FRIFORT), de capital misto, tendo o governo estadual como principal acionista. Apesar da relevância dessas iniciativas, a maioria das indústrias locais era de pequeno porte, voltada à produção de granito, cera de carnaúba, sal e outros bens primários.

De acordo com Teles (2005), a Cerapeles destacou-se como a primeira indústria de impacto significativo, impulsionando a atração de novos empreendimentos nas décadas subsequentes. Enquanto algumas empresas conseguiram modernizar suas estruturas e permanecer em operação, como a própria Cerapeles, outras encerraram suas atividades, a exemplo da SANBRA e do FRIFORT. Este na imagem abaixo.

Figura 3: FRIFORT.



Fonte: Blog do Lauriberto. “Há 60 anos era fundado o Frifort”. Disponível em: <https://www.blogdolauriberto.com/2019/07/ha-60-anos-era-fundado-o-frifort.html>. Acesso em: 01 jan. 2026.

No setor comercial, durante os anos 1960, Caucaia já contava com mais de 200 estabelecimentos, majoritariamente varejistas. No entanto, as operações de crédito e as transações comerciais de maior escala eram realizadas em Fortaleza, onde se concentravam a infraestrutura

bancária e o comércio atacadista. Essa dependência refletia tanto a limitada capacidade de consumo local quanto a proximidade geográfica com a capital, que oferecia serviços mais diversificados e consolidados.

A partir dos anos 1970, com uma população de 11.184 habitantes, Caucaia passou a atrair investimentos voltados à construção de segundas residências no litoral e à implantação de conjuntos habitacionais, especialmente nos distritos da sede e da Jurema. Esses processos estavam diretamente associados à expansão urbana de Fortaleza, cujo crescimento passou a influenciar a dinâmica territorial dos municípios vizinhos, promovendo sua urbanização para fins de lazer e de absorção da demanda habitacional da metrópole.

Durante as décadas de 1970 e 1980, as políticas públicas voltadas à Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) priorizaram a construção de rodovias, melhorias no sistema de transporte coletivo, e a implementação de projetos turísticos, industriais e habitacionais com financiamento estatal. Accioly (2005) ressalta que, para compreender a dinâmica da RMF, é imprescindível analisar a articulação entre desenvolvimento econômico e social e como essa relação se manifesta espacialmente.

Com o passar das décadas, as mudanças no cenário internacional e nacional, especialmente no pós-Segunda Guerra Mundial, impactaram de maneira decisiva o município. A atuação crescente do Estado como indutor da industrialização, a expansão das infraestruturas de transporte e a integração nacional via rodovias influenciaram profundamente a dinâmica socioeconômica de Caucaia. Ainda assim, tais transformações também acentuaram os desequilíbrios regionais, pois a concentração industrial permaneceu majoritariamente no Sudeste, enquanto o Nordeste — embora alvo de políticas compensatórias — continuou dependente e vulnerável.

Nesse contexto de reestruturação econômica e redefinição da divisão territorial do trabalho, Caucaia passa a ser progressivamente incorporada às estratégias de modernização produtiva, ainda que de forma subordinada e seletiva. À luz de Santos (2002), esse processo evidencia o uso desigual do território, no qual apenas determinadas porções do espaço são incorporadas à lógica do capital e da modernização técnica, enquanto outras permanecem excluídas das redes de infraestrutura e poder. Já Lefebvre (1991) entende que o espaço urbano produzido sob essa lógica é um espaço abstrato, voltado à reprodução do capital e ao controle social, distanciando-se das necessidades cotidianas dos habitantes. Para Maricato (2011), essa racionalidade tecnocrática, sustentada por um planejamento urbano seletivo, aprofunda as contradições do urbano brasileiro, ao mesmo tempo em que legitima a segregação espacial e o acesso desigual aos bens e serviços públicos.

Por conseguinte, a história recente de Caucaia reflete os dilemas do desenvolvimento desigual no Brasil. O município transformou-se de um núcleo rural voltado ao setor primário em um território progressivamente urbano e industrializado, mas ainda atravessado por contradições sociais, econômicas e territoriais que revelam os limites das políticas regionais e a persistência das lógicas estruturantes do capitalismo periférico. Assim, compreender o percurso histórico e econômico de Caucaia é essencial para analisar a sua atual condição de espaço metropolizado e vulnerável, onde se sobrepõem a modernização seletiva e a exclusão estrutural — faces de um mesmo processo de produção desigual do espaço.

CAUCAIA E O AVANÇO DA METRÓPOLE: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE O CRESCIMENTO URBANO PERIFÉRICO

A proposta desta seção é promover uma discussão crítica sobre o impacto do processo de metropolização no município de Caucaia, considerando as transformações espaciais, econômicas e sociais ocorridas ao longo das últimas décadas. Durante esse período, a cidade passou por intensas mudanças em sua estrutura urbana, que ainda hoje revelam profundas desigualdades sociais e a formação de áreas de vulnerabilidade e violência, expressando a lógica de reprodução do espaço sob o modo de produção capitalista. Conforme Lefebvre (1991), o espaço urbano é uma produção social condicionada pelas relações de poder e pela lógica do capital, de modo que as formas urbanas refletem as contradições do sistema econômico e as disputas em torno da apropriação do território.

A metropolização é um fenômeno de natureza multidimensional que exerce forte influência na configuração do espaço urbano, caracterizando-se pela expansão das principais aglomerações urbanas — consolidadas ou em desenvolvimento — em razão da disponibilidade de serviços e infraestrutura, transcendendo os limites administrativos da metrópole (Silva, 2009). Bernal (2004) observa que esse processo está sujeito a constantes transformações, determinadas pelas bases econômicas e sociais que o sustentam. Dantas (2009) acrescenta que este gera concentração espacial e modifica dimensões econômicas, políticas e sociais, o que impede compreender uma metrópole apenas sob o prisma econômico. Nessa direção, Ascher (2008) afirma que uma cidade é reconhecida como metrópole quando apresenta uma população significativa, desempenha funções diversificadas e mantém relações múltiplas em escalas nacional e internacional. No entanto, a relação entre a metrópole e os municípios que a compõem não se dá de forma homogênea. A formação de vetores de crescimento populacional decorre, na maioria dos casos, da presença de atividades econômicas que demandam mão de obra, concentrando oportunidades em alguns espaços e deixando outros em condição de estagnação.

Essa assimetria resulta, segundo Silva (2009), da falta de coordenação entre a metrópole e os municípios periféricos, além da ausência de políticas públicas metropolitanas integradas.

Costa e Amora (2015) identificam três períodos distintos na formação e transformação da Região Metropolitana de Fortaleza. O primeiro é marcado por uma economia agroexportadora, vigente desde a colonização até a década de 1960, cuja crise provocou intenso êxodo rural e a migração de grandes contingentes populacionais para as cidades em busca de melhores condições de vida. O segundo período foi caracterizado pelas políticas públicas de combate às desigualdades regionais, em especial pela criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que estimulou a industrialização do Nordeste e incentivou a construção de conjuntos habitacionais, contribuindo para a integração econômica da região ao mercado nacional (Costa; Amora, 2015). O terceiro período, iniciado nos anos 1980, coincidiu com o fim da SUDENE e com a promulgação da Constituição de 1988, que ampliou a autonomia dos estados e municípios, intensificando a competição fiscal e consolidando a Região Metropolitana de Fortaleza em um contexto de reestruturação produtiva e descentralização industrial.

O crescimento de Fortaleza esteve fortemente associado às secas recorrentes e à crise no setor agrário-exportador, fatores que impulsionaram o rápido aumento populacional e a consequente formação de favelas e assentamentos precários (Silva, 2009). De acordo com Souza (2009), a compreensão desses fluxos migratórios exige uma análise dos complexos problemas econômicos e sociais da região, além dos fatores climáticos que contribuíram para a desestruturação rural. Fortaleza tornou-se o principal destino dos migrantes pela ausência de dinamismo nos núcleos urbanos do interior (Souza, 2000) e pela presença de uma extensa rede de transporte — rodoviária e ferroviária — que consolidou sua centralidade econômica e social (Silva, 2009).

A partir da década de 1950, Fortaleza passou a receber incentivos industriais por meio da SUDENE, principalmente em ramos tradicionais, como o têxtil e o beneficiamento da castanha de caju. As fábricas concentraram-se, sobretudo, na zona oeste da cidade, onde o solo era mais acessível e a mão de obra abundante e pouco qualificada. Durante o chamado “Governo das Mudanças” (1986–1990), liderado por Tasso Jereissati, o Ceará vivenciou uma reconfiguração administrativa e econômica baseada na modernização do Estado e na atração de capitais privados, em sintonia com os princípios neoliberais emergentes. Conforme Silva (1992) e Bernal (2004), a cidade passou a ser concebida como uma mercadoria, e o espaço urbano transformou-se em ativo econômico, submetido à lógica da valorização do capital e à especulação imobiliária. Essa lógica se insere no que Harvey (1998) denomina de “acumulação flexível”, uma forma de reprodução do capital que se apoia na flexibilidade dos processos

produtivos, dos mercados e dos padrões de consumo, reorganizando o espaço urbano para maximizar a circulação e a lucratividade.

Nesse contexto, o processo de urbanização em Caucaia foi impulsionado principalmente por dois fatores: as políticas estatais de construção de conjuntos habitacionais e a valorização das áreas litorâneas voltadas ao lazer, ao veraneio e ao turismo (Dantas; Silva, 2009). A expansão urbana resultou de políticas públicas que buscaram articular industrialização e turismo, intensificando a segregação socioespacial e a valorização desigual do território. A cidade tornou-se parte da estratégia metropolitana de expansão econômica, especialmente após a implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), que ampliou a integração de Caucaia à dinâmica de Fortaleza e à economia global (Bernal, 2004).

Essa dinâmica de reestruturação produtiva insere-se no contexto de transição do capitalismo industrial para uma forma de organização marcada pela financeirização, pela concentração monopolista e pela intensificação dos fluxos globais de capital. Esse processo ganha maior dinamismo a partir da década de 1990, impulsionado pelas políticas neoliberais, pela transnacionalização da produção e pela emergência de um novo padrão de acumulação, como evidenciam Muniz, Silva e Costa (2011). Padrão este que é marcado pela flexibilidade e o advento das inovações tecnológicas, novas formas de gestão, reorganização da força de trabalho e estratégias de descentralização produtiva, como a terceirização e a relocalização industrial. É nesse cenário que o município de Caucaia passa a assumir novas funções no interior da divisão territorial do trabalho, oferecendo vantagens locacionais compatíveis com as exigências da reestruturação produtiva da era técnico-científico-informacional. A proximidade com a Região Metropolitana de Fortaleza, a disponibilidade de áreas para expansão industrial, a infraestrutura logística associada ao Complexo Industrial e Portuário do Pecém, o Hub de Conectividade do Ceará - onde chegam os cabos submarinos de fibra óptica, além dos incentivos institucionais tornam o território atrativo para empreendimentos alinhados à esta nova lógica da produção.

Assim, Caucaia se consolida como um espaço estratégico para a instalação de atividades produtivas que demandam conectividade, fluidez territorial e redução de custos, evidenciando a articulação entre transformações globais do capitalismo e reconfigurações socioespaciais em escala local. Todavia, impõe-se uma reflexão sobre se essa inserção na nova lógica produtiva contribui para atenuar ou, ao contrário, aprofundar as contradições, segregações e vulnerabilidades historicamente presentes no município de Caucaia. Embora a reestruturação territorial possa ampliar a atratividade econômica e integrar o município a circuitos produtivos mais dinâmicos, seus efeitos tendem a ser

desiguais, revelando limites estruturais na capacidade de conversão do crescimento econômico em desenvolvimento social e redução das desigualdades.

A urbanização de Caucaia, intensificada a partir da década de 1980, esteve fortemente ligada à construção de conjuntos habitacionais voltados às classes populares, financiados pelo extinto Banco Nacional de Habitação (BNH) e executados pela Companhia de Habitação do Ceará (COHAB-CE). Embora essas políticas buscassem reduzir o déficit habitacional e dinamizar a economia por meio da construção civil, os empreendimentos foram implantados em áreas periféricas e desprovidas de infraestrutura adequada, o que contribuiu para a formação de novos bolsões de pobreza e para o avanço da malha urbana sobre territórios vulneráveis. Entre os conjuntos construídos destacam-se Tabapuá, Vicente Arruda, Araturi I e II, Nova Metrópole e Planalto Caucaia, além de projetos originados de mutirões e programas de desfavelamento, como Marechal Rondon e São Miguel. Em torno desses espaços, surgiram ocupações irregulares e movimentos sociais que reivindicaram melhorias nos serviços públicos, denunciando a precariedade das políticas urbanas.

A distribuição populacional de Caucaia revela o predomínio dos distritos Sede e Jurema, que concentram os maiores índices de urbanização. A Sede apresenta urbanização voltada ao comércio, serviços e turismo, com forte valorização das áreas litorâneas, enquanto Jurema se destaca pela alta densidade populacional e pelo papel residencial, abrigando grande parte da população trabalhadora que se desloca diariamente para Fortaleza. Essa mobilidade pendular é facilitada pela proximidade entre os municípios e pela infraestrutura viária, como a BR-020 e o sistema ferroviário. No entanto, as desigualdades são visíveis: enquanto o litoral é alvo de especulação imobiliária e investimentos privados, as áreas periféricas enfrentam carência de infraestrutura, habitação e serviços públicos.

Dessa forma, o processo de metropolização de Fortaleza e a expansão urbana de Caucaia evidenciam a persistência de um modelo de desenvolvimento urbano excludente, baseado na mercantilização do espaço e na subordinação das políticas públicas à lógica de valorização do capital. Como observa Harvey (2005), a cidade torna-se um instrumento de acumulação e diferenciação social, e o espaço urbano passa a refletir as contradições do capitalismo contemporâneo. Em Caucaia, essa dinâmica se materializa na coexistência de territórios valorizados — voltados ao turismo e à indústria — e áreas de vulnerabilidade social, marcadas por precariedade habitacional e exclusão econômica. Assim, o crescimento urbano periférico do município traduz, de forma concreta, a desigualdade estrutural que orienta a produção do espaço na metrópole de Fortaleza.

Dentro dessa lógica, observa-se o crescimento da violência nas áreas de vulnerabilidade social, um fenômeno diretamente associado à expansão e consolidação das facções criminosas⁴. A seguir, na figura 2, podemos observar a presença desses grupos através de siglas nas paredes das casas, no caso deste localizado no conjunto habitacional Marechal Rondon. Esses grupos utilizam a violência extrema como ferramenta para disputar territórios, impor controle social e gerenciar seus negócios ilícitos, aprofundando um ciclo de insegurança. Um retrato brutal dessa dinâmica aparece nos dados oficiais: o município de Caucaia (CE) figurava na oitava posição no ranking nacional de homicídios, com uma taxa de 68,7 mortes por 100 mil habitantes (FBSP, 2025).

Figura 4: Pichações nas Casas.



Fonte: Jornal O Povo, 2023.

Este cenário de letalidade é agravado por um profundo contraste socioespacial. Enquanto o litoral é alvo de maciços investimentos em turismo e infraestrutura, as áreas periféricas padecem com a carência crônica de equipamentos urbanos básicos e, principalmente, com a ausência estratégica do Estado. A insuficiência de políticas públicas integradas — que combinem segurança, desenvolvimento social e presença institucional — cria o vácuo ideal para que o crime organizado se enraíze e prospere. Assim, a ausência de um plano efetivo não apenas dificulta, mas praticamente impede a redução dos alarmantes indicadores de violência, perpetuando a exclusão e a insegurança nas comunidades mais vulneráveis. Segundo Barbosa (2023), o município de Caucaia, figura como um dos principais desafios para a segurança pública no estado do Ceará. De acordo com dados divulgados pelo *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, o município apresenta uma taxa de homicídios proporcionalmente

⁴ No campo da Geografia, o termo *facção criminosa* refere-se a organizações que produzem e controlam territórios por meio da violência, da coerção e de redes ilegais, interferindo diretamente na organização do espaço geográfico. Essas ações resultam em disputas territoriais, redefinição de fluxos, segregação socioespacial e imposição de normas próprias, especialmente em áreas urbanas marcadas pela desigualdade e pela fragilidade da presença estatal.

superior à da capital cearense, sendo frequentemente mencionado entre os territórios mais violentos do país.

Em 2020, Caucaia figurou como o município brasileiro com mais de 100 mil habitantes que apresentou a maior taxa de homicídios, evidenciando a gravidade do quadro da violência letal no contexto urbano-metropolitano. Já em 2022, o município passou a ocupar a 29^a posição no ranking nacional, mantendo-se, contudo, como a segunda cidade mais violenta do estado do Ceará, atrás apenas de Maracanaú, igualmente integrante da Região Metropolitana de Fortaleza. A análise da evolução dos homicídios desde 2013 revela a persistência de elevados índices de assassinatos, indicando que a violência não se apresenta como fenômeno conjuntural, mas como expressão estrutural das dinâmicas socioespaciais locais.

Parte significativa desse cenário de violência pode ser compreendida a partir das disputas territoriais entre facções criminosas, que atuam na cidade por meio do controle de áreas estratégicas, rotas e populações. Atualmente, destacam-se três organizações com presença em Caucaia — Comando Vermelho (CV), Guardiões do Estado (GDE) e Massa Carcerária — cujas rivalidades se consolidaram ao longo do tempo. As origens desses conflitos remontam aos anos 2000, conforme apontam investigações e dados de inteligência, revelando a articulação entre o sistema prisional e os territórios urbanos periféricos. Tais disputas produzem uma territorialização da violência, marcada pela fragmentação do espaço urbano, pela imposição de normas paralelas e pela intensificação da segregação socioespacial (BARBOSA, 2023).

Diante do exposto, observa-se que a violência letal em Caucaia não pode ser compreendida apenas como um problema de segurança pública, mas como expressão das contradições inerentes à produção desigual do espaço metropolitano. A persistência de elevados índices de homicídios, associada às disputas territoriais entre facções criminosas, evidencia a fragilidade da presença estatal em determinados recortes do território, bem como a sobreposição de lógicas de poder que reorganizam o espaço urbano a partir da violência. Nesse sentido, Caucaia revela-se como um território marcado por processos de segregação socioespacial, periferização e vulnerabilidade estrutural, nos quais o controle territorial exercido por grupos criminosos se impõe sobre populações historicamente marginalizadas. Assim, a análise geográfica permite compreender que o enfrentamento da violência demanda políticas públicas integradas, capazes de articular segurança, planejamento urbano, políticas sociais e redução das desigualdades, reconhecendo o território como dimensão central para a construção de respostas efetivas e socialmente justas.

CONCLUSÃO

A trajetória histórica de Caucaia ao longo do século XX revela um processo de transformação profunda, no qual fatores locais e globais se entrelaçaram na conformação de sua identidade territorial e de seu desenvolvimento urbano. No início desse período, o município mantinha uma economia essencialmente agrícola, voltada para o setor primário e com reduzido adensamento populacional, desempenhando um papel regional de centro de comercialização. Sua proximidade com Fortaleza, entretanto, já anunciaava o destino de cidade-dormitório, tendência que se consolidaria nas décadas seguintes.

Com o avanço da industrialização nacional, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, o Estado brasileiro promoveu políticas de modernização que repercutiram diretamente sobre Caucaia, atraindo indústrias e diversificando a base produtiva local. Contudo, o crescimento econômico não foi acompanhado de um processo de desenvolvimento social equitativo, perpetuando desigualdades regionais e urbanas típicas da modernização periférica brasileira.

A partir dos anos 1970, o município tornou-se também um polo de expansão residencial e turística, impulsionado pela urbanização acelerada de Fortaleza e pelo déficit habitacional da capital. Essa nova etapa reforçou a dualidade socioespacial de Caucaia: de um lado, a valorização das áreas litorâneas voltadas ao turismo e ao capital imobiliário; de outro, a expansão de conjuntos habitacionais populares em áreas periféricas, marcadas pela precariedade da infraestrutura urbana e pela fragilidade das políticas públicas. Esse processo, longe de promover a integração urbana, consolidou novas fronteiras de desigualdade e vulnerabilidade socioespacial.

A análise desenvolvida neste trabalho evidencia que a metropolização é um fenômeno complexo, cujos efeitos extrapolam as dimensões econômicas, abrangendo aspectos políticos, sociais e territoriais. A configuração atual de Caucaia expressa essa lógica, ao se constituir como um espaço urbano produzido sob as contradições do modo de produção capitalista. Embora o planejamento municipal esteja formalmente orientado pelo discurso do “desenvolvimento sustentável” (CAUCAIA, 2019a), ele permanece subordinado às dinâmicas de valorização do capital. O próprio Plano Diretor Participativo reconhece essa orientação ao afirmar que o município é “vocationado, preferencialmente, para o desenvolvimento e expansão das atividades industriais e turísticas” (CAUCAIA, 2019b), institucionalizando uma racionalidade técnica, seletiva e excludente do uso do território.

Na contemporaneidade, Caucaia aprofunda sua inserção na lógica da reestruturação produtiva e da modernização territorial, impulsionada pela expansão da Região Metropolitana de

Fortaleza, pela consolidação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém e pela ampliação das infraestruturas logísticas, industriais e tecnológicas. Esse processo redefine as funções urbanas do município e reforça sua atratividade para empreendimentos alinhados ao paradigma técnico-científico-informacional. Contudo, tal modernização ocorre de forma excludente e desigual, concentrando investimentos e oportunidades em determinados eixos do território, ao mesmo tempo em que amplia a fragmentação socioespacial e reproduz padrões históricos de exclusão. Assim, a incorporação de Caucaia aos circuitos contemporâneos da economia global não se traduz automaticamente em melhoria das condições de vida da população, evidenciando os limites de um modelo de desenvolvimento orientado prioritariamente pela lógica da acumulação e pela valorização do espaço, em detrimento da justiça social e territorial.

Nesse contexto de desigualdade e fragmentação, a violência urbana emerge como uma expressão direta das desigualdades socioespaciais historicamente produzidas. Os elevados índices de homicídios e a atuação de facções criminosas não devem ser compreendidos como fenômenos isolados ou meramente criminais, mas como manifestações de um território marcado pela vulnerabilidade estrutural, pela presença seletiva do Estado e pela fragmentação do espaço urbano. A territorialização da violência revela disputas por poder, controle e pertencimento em áreas onde o acesso a direitos básicos — como moradia digna, trabalho, mobilidade e serviços públicos — é historicamente negado.

Assim, compreender a história e o processo de metropolização de Caucaia é compreender, em escala local, as contradições estruturais do desenvolvimento urbano brasileiro. A cidade sintetiza os impasses entre modernização e desigualdade, crescimento econômico e exclusão social, planejamento urbano e especulação imobiliária. Em meio a essas tensões, Caucaia consolida-se como parte essencial da Região Metropolitana de Fortaleza, com uma identidade territorial marcada tanto por suas origens históricas quanto pelas pressões contemporâneas da globalização. Desse modo, sua trajetória evidencia que o espaço urbano é, antes de tudo, produto de disputas sociais, econômicas e políticas, e que a superação da violência e da vulnerabilidade socioespacial passa, necessariamente, pela democratização do território e pela efetivação de políticas públicas integradas e socialmente justas.

REFERÊNCIAS

- ACCIOLY, Vera Mamede. Estruturação urbana e mobilidade na região metropolitana de Fortaleza. In PEQUENO, Luis Renato Bezerra (org.). **Como anda Fortaleza**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2009.
- AMORA, Zenilde Baima. O espaço urbano cearense: breves considerações. IN: AMORA, Zenilde Baima (org). **O Ceará: enfoques geográficos**. Fortaleza. Funece, 1999.

- AMORA, Zenilde Baima; COSTA, Maria Clelia Lustosa. Olhando o mar do sertão: a lógica das cidades médias no Ceará. In: SPOSITO, Maria E. B. (org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- ASCHER, François. **Metápolis: acerca do futuro da cidade**. Oeiras: Celta, 1998.
- BARBOSA, Lucas. **Facção criminosa no Ceará**: uma breve história dessas organizações em Caucaia. O Povo, 2 out. 2023. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/caucaia/2023/10/02/faccao-criminosa-no-ceara-uma-breve-historia-dessas-organizacoes-em-caucaia.html>. Acesso em: 14 dez. 2025.
- BERNAL, Cleide. **A metrópole emergente**. Fortaleza: UFC, BNB, 2004
- BRAGA, Renato. **Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará**. Fortaleza – Imprensa Universitária do Ceará. 1967.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2007.
- CAUCAIA (CE). **Lei Complementar nº 59, de 18 de setembro de 2019**. Institui o *Plano Diretor Participativo de Caucaia – PDP* de Caucaia e dá outras providências. Caucaia: Prefeitura Municipal, 2019. Disponível em: <https://www.caucaia.ce.gov.br/publicacoes.php?id=2092>. Acesso em: 27 out. 2025.
- CAUCAIA (CE). **Lei Complementar nº 63, de 18 de setembro de 2019**. Dispõe sobre o *parcelamento, uso e ocupação do solo no município de Caucaia* e dá outras providências. Caucaia: Prefeitura Municipal, 2019. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/859240196/LEI-COMPLEMENTAR-63-2019-0000001>. Acesso em: 27 out. 2025.
- COSTA, Maria Clélia Lustosa. Arranjo Familiar E A vulnerabilidade na região metropolitana de Fortaleza. In: COSTA, Maria. Clélia. Lustosa; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. (Orgs.). **Vulnerabilidade Socioambiental na Região Metropolitana de Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2009
- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; SILVA, José Borzacchiello da. A Formação Histórica da Metrópole e Principais Tendências de Desenvolvimento. In: BEZERRA PEQUENO, Luiz Renato (Org.). **Como anda Fortaleza**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2009.
- FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 10 dez. 2025.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **Vigar e punir: nascimento da prisão**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREITAS, Hamilton. **Caucaia no tempo de Soure**. Premius, 2016.
- GIRÃO, Raimundo. **Anuário Histórico e Geográfico do Ceará**. 1966.
- GOLDENSTEIN, Lea; SEABRA, Manoel. **Divisão territorial do trabalho e nova regionalização**. Revista do Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**: Uma Pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural. SP: Ed. Loyola, 1998.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Caucaia – CE: Panorama municipal. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/caucaia.html>. Acesso em: 27 out. 2025.
- INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). Perfil Básico Municipal de Caucaia – 2023. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2023. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/perfil-basico-municipal/>. Acesso em: 27 out. 2025.
- LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell, 1991.
- MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MENEZES, Francisco Antônio Cavalcanti. **Igreja de Caucaia de 1741: 250 anos de fé e devoção** - Fortaleza: expressão gráfica, 2009.
- MUNIZ, Alessandra Maria Vieira; SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, Maria Clélia Lustosa. Reestruturação Produtiva, Trabalho e Transformações no Espaço Metropolitano de Fortaleza. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, n. 1, p. 13-25, jan. 2011.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson. Dinâmicas territoriais no Ceará e na Região Metropolitana de Fortaleza – um olhar orientado pelo processo de industrialização. In: COSTA, Maria Clélia Lustosa; PEQUENO, Renato. **Fortaleza: Transformações na ordem urbana**. 1 ed. RJ: letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2022**. Brasília: PNUD/IPEA/Fundação João Pinheiro, 2022. Disponível em: <https://atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 27 out. 2025.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SILVA, José Borzacchello da. **Quando os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza**. Fortaleza: Multigraf editora, 1992.